

SEÇÃO IV – PRODUÇÃO, EMPREGO E RENDA

O consumo das famílias e a retomada do crescimento¹

Adriana Nunes Ferreira

Muito se tem discutido sobre as possibilidades de retomada do crescimento da economia brasileira. Nas duas seções precedentes, mostrou-se que tanto o gasto público quanto o investimento – componentes autônomos da demanda agregada – se encontram em patamares desalentadores. Esta seção tem por objetivo examinar a evolução e os condicionantes do consumo das famílias em nosso país. A análise centrar-se-á no período de 1991 a 2004. Quando pertinente, alguns dados referentes à década dos oitenta serão analisados.

A hipótese que norteia este texto é que o dinamismo do mercado interno é fundamental para uma retomada sustentada do crescimento doméstico. Este texto está organizado da seguinte forma: no primeiro item, examina-se a evolução da participação do consumo das famílias e da remuneração dos empregados no PIB. O segundo dedica-se ao exame do mercado de trabalho – em particular, da evolução da massa salarial. No terceiro, tecem-se considerações sobre a trajetória recente do consumo no país. Seguem-se algumas considerações finais.

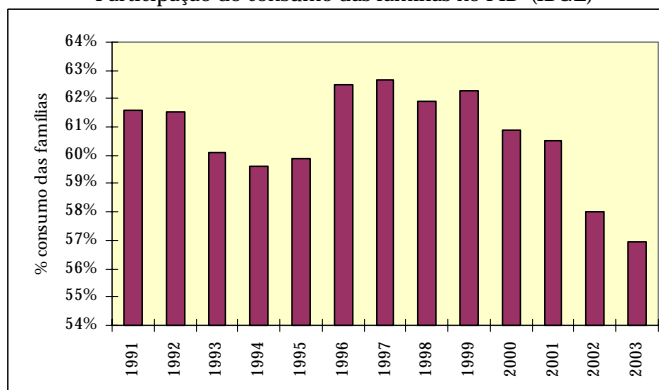
1 O consumo das famílias e a remuneração dos empregados

A seção anterior deste boletim mostrou que, desde o início da era FHC, cai dramaticamente a participação no PIB do investimento, o elemento de gasto autônomo *par excellence*. O Gráfico 1 mostra que há uma tendência marcante de queda da participação no PIB de outro componente

¹ A autora agradece as valiosas participações da bolsista do PIBIC/CNPQ Raphaela Yamamoto e do estagiário Bruno de Conti, a ajuda no tratamento dos dados da professora Rosângela Ballini, os importantes esclarecimentos de Célio Hiratuka e a inestimável ajuda da colega Daniela Prates.

fundamental da demanda: o consumo das famílias, substrato de nosso “mercado interno”, entre 1997 (quando atingiu o pico de 62,7% do PIB) e 2003 (56,9%).²

Gráfico 1
Participação do consumo das famílias no PIB (IBGE)



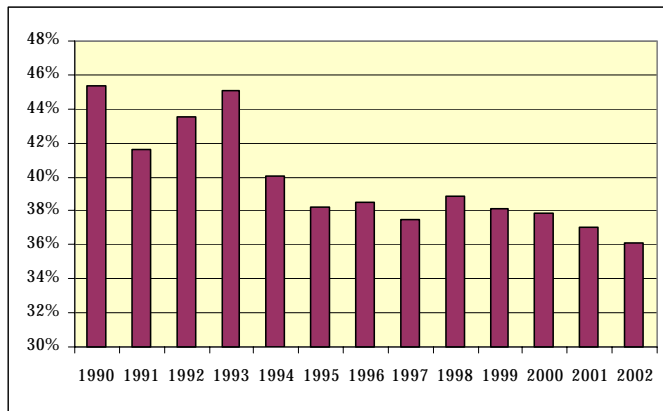
Essa queda, além de evidenciar as conseqüências perversas do padrão de política econômica que vem sendo levado a cabo, coloca limites importantes a uma retomada sustentada do crescimento. O consumo das famílias, na economia brasileira, representa nada menos que cerca de 60% do PIB. Uma elevação do gasto autônomo tem efeitos multiplicadores muito menores em uma economia deprimida como a nossa, neste momento.

O Gráfico 2 evidencia a dramática redução da participação da remuneração dos empregados no total do PIB.³ É de se notar que a primeira queda abrupta se dá em 1994, ano em que se atinge um patamar da ordem de 40% (a queda foi de cinco pontos percentuais de um ano para o outro!). O segundo importante movimento de queda ocorre a partir de 1998, quando essa participação cai de 39% para 36% (em 2002).

² O único componente da demanda agregada que apresenta aumento de participação no PIB no período recente são as exportações líquidas que, após sucessivos anos de contribuição negativa ao PIB (de 1995 a 2001, quando a balança comercial tornou-se deficitária), atingem o percentual de 3,6%.

³ Esta participação é praticamente a mesma que a calculada sobre a renda nacional.

Gráfico 2
Participação da remuneração dos empregados no PIB ⁽¹⁾



⁽¹⁾ Este dado somente é disponibilizado no quadro sinóptico das contas nacionais anuais e nas contas nacionais integradas, que ainda não foram divulgadas para 2003.

Fonte: IBGE.

A política de juros altos praticada nos últimos anos mostra uma de suas faces mais perversas: uma redistribuição funcional da renda contra os empregados. Ressalte-se que tem sobre o consumo agregado um efeito nefasto: com efeito, a propensão ao consumo – particularmente de bens de consumo não-duráveis e semi-duráveis – é sensivelmente maior entre os empregados do que entre rentistas e empresários. Isto ajuda, portanto, a entender o baixíssimo dinamismo destes setores na produção nacional.

2 O mercado de trabalho: precarização e deterioração do poder de compra

A evolução acima descrita da participação do consumo das famílias no PIB e da remuneração dos empregados na renda nacional tem suas raízes em uma deterioração profunda do mercado de trabalho brasileiro na última década. Não somente o desemprego tornou-se um problema crônico, como a participação do emprego formal no total da ocupação caiu dramaticamente. Como resultado, cai a renda real média do trabalhador brasileiro e comprime-se a massa salarial.

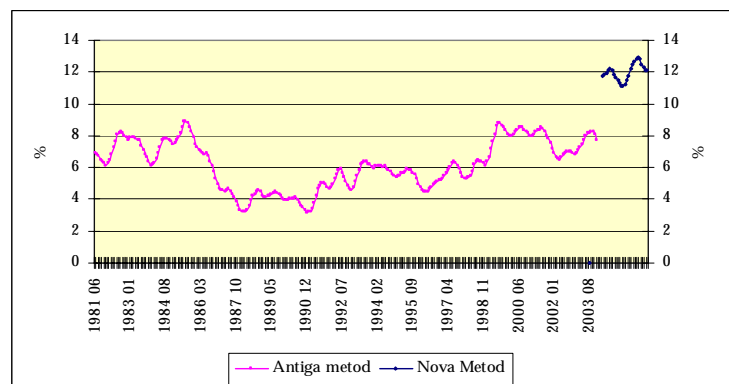
A análise deste item baseia-se, em sua maior parte, em dados da PME-IBGE. Há que se observar que esta pesquisa passou por uma mudança metodológica em 2002. De outubro de 2001 a dezembro de 2002, há disponibilidade dos dados nas duas metodologias. A partir de então, as séries foram calculadas unicamente segundo a nova metodologia (ver Quadro 1).

Quadro 1

PMC-IBGE: antiga e nova metodologias

Antiga Metodologia	Nova Metodologia
A população em idade ativa abrange as pessoas de 15 anos ou mais de idade.	A população em idade ativa considera a população de 10 anos ou mais de idade.
Na definição de população ocupada (PO) considerava-se o limite mínimo de 15 horas por semana para o trabalho não remunerado.	Na definição de população ocupada (PO) incluem-se as pessoas que trabalharam pelo menos uma hora na semana.
Para a identificação dos desocupados (PD), considerava-se a procura de trabalho na semana de referência.	Para a identificação dos desocupados (PD), considera-se período de referência também para 30 dias.
	Também são identificadas como desocupadas as pessoas que não procuraram trabalho no período de 30 dias por acharem que não iriam consegui-lo, sendo elas classificadas como desalentadas.

Gráfico 3
Taxa de desemprego (antiga e nova metodologias)

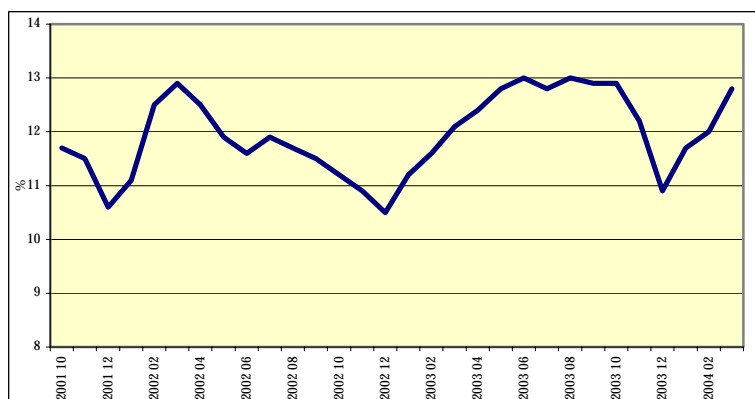


A série longa permite observar que no período posterior à recessão dos anos iniciais da década dos oitenta, a taxa de desemprego caiu significativamente – saindo de um pico em torno

de 9% para atingir um patamar em torno dos 4%, no qual se estabilizou entre 1985 e 1990. Em contraste, a resposta à recessão profunda que se iniciou neste ano foi uma nova mudança de patamar da taxa de desemprego – que passou para 6% em 1991 e se estabeleceu nesse nível. A partir de então, não se verificam mais os alentadores períodos de queda do desemprego, passados os momentos mais críticos.⁴ O terceiro movimento significativo desta taxa dá-se em 1998, ano de uma crise cambial, quando o patamar muda novamente, atingindo 8% (segundo a nova metodologia, de 12%).

No período mais recente, segundo a nova metodologia (ver Gráfico 4), a taxa de desemprego apresentou movimento fortemente ascendente no primeiro semestre de 2003, para se estabilizar no assustador nível de 13%. Vale ressaltar que a introdução da nova metodologia resultou numa mudança de patamar desta taxa, da ordem de quatro pontos percentuais, principalmente por ampliar a PIA e universo de desocupados.

Gráfico 4
Taxa de Desemprego (nova metodologia)



Mesmo em dezembro, quando se verificou a costumeira queda desta taxa em decorrência do aumento das ocupações no comércio característica deste período do ano, a taxa de desemprego ainda

era mais elevada do que no mesmo mês do ano anterior (10,9 % contra 10, 5%). Em março de 2004, verifica-se nova tendência ascendente: a taxa de desemprego foi de 12,8% – 0,7 pontos percentuais acima da verificada no mesmo mês do ano passado.

O quadro atual do mercado de trabalho brasileiro é mais alarmante quando se considera que a qualidade dos postos de trabalho deteriorou-se continuamente desde o início da década dos noventa. Os Gráficos 5 e 6 mostram a evolução da distribuição da ocupação (por posição na ocupação) desde 1982 até hoje. O primeiro utiliza a antiga metodologia e o segundo a nova.

O Gráfico 5 deixa claro que a tendência de precarização inicia-se em 1990 – ano marcado pelo início da aplicação da agenda de abertura e desregulamentação em nosso país. Enquanto na década dos oitenta, a categoria dos sem carteira crescia sempre abaixo do crescimento do total dos ocupados, a década dos 90 é marcada por um aumento mais que proporcional tanto da categoria dos “conta própria” quanto da dos “sem carteira”.

É bom que se note que o emprego formal praticamente não se recupera desde a recessão do início da década dos noventa (apesar da recuperação da produção industrial). Ocorre, portanto, uma mudança de padrão no mercado de trabalho: não somente aumenta a taxa de desemprego, como a qualidade dos postos de trabalho deteriora-se profundamente. Esta é a consequência perversa de uma conjunção de fatores, dentre os quais se destacam o baixo dinamismo da economia e os processos de “reestruturação defensiva” por parte das empresas envolvendo aumento da terceirização e do conteúdo importado dos bens produzidos.

⁴ O que pode sugerir que estamos, pelo menos deste ponto de vista, em crise há uma década!

Gráfico 5
Posição na ocupação – antiga metodologia

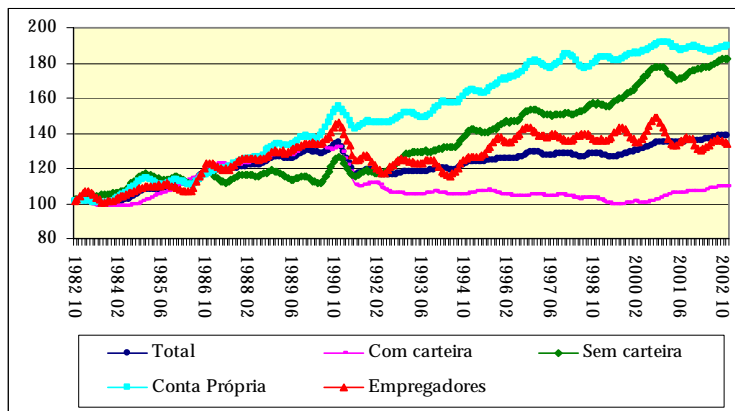
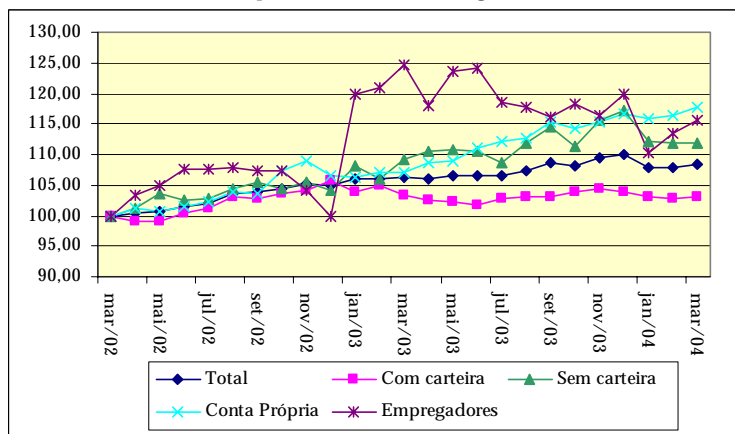


Gráfico 6
Posição na ocupação – nova metodologia

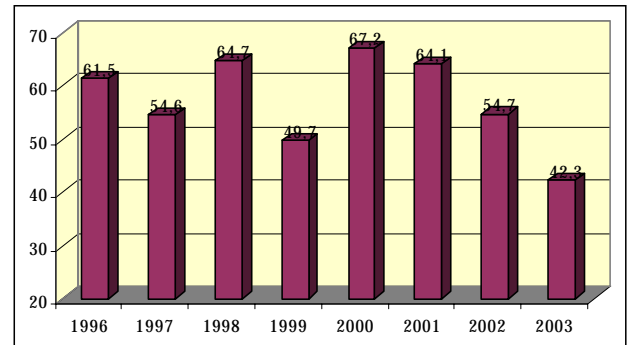


O Gráfico 6 mostra que a tendência verificada nas duas últimas décadas acentuou-se a partir do primeiro semestre de 2003, quando ocorre uma importante queda da participação dos empregados com carteira e um crescimento da participação dos sem carteira e conta-própria. Ademais, impressiona o forte aumento da categoria dos empregadores – provavelmente desempregados que tentam abrir algum (micro) negócio.

O resultado evidente da precarização do mercado de trabalho é uma dramática diminuição do poder dos assalariados de repor as perdas inflacionárias. O balanço das negociações salariais do DIEESE evidencia este fato para o período mais recente (ver Gráfico 7). É marcante a queda do

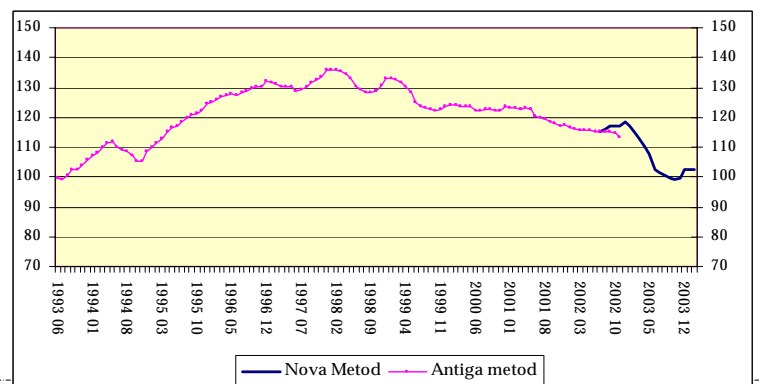
porcentual de reajustes salariais anuais iguais ou superiores ao INPC acumulado no ano. Em 2003, este número chegou a 42,3%, o mais baixo desde o início da pesquisa.

Gráfico 7
Balanço das negociações salariais – DIEESE



É nesse quadro que se verifica o recente mergulho do rendimento real médio dos trabalhadores. Desde 1993, observam-se dois movimentos (ver Gráfico 8) do rendimento real médio dos trabalhadores: o primeiro de 1993 a 1997, quando ocorre uma recuperação desse rendimento, associada à saída da recessão do início da década dos 90; e o segundo após 1998, de contínua queda decorrente da crise cambial e da resposta de política econômica a essa crise – regime de câmbio flutuante com fases de fortes desvalorizações e política monetária de metas de inflação, ancorada em juros elevados.

Gráfico 8
Rendimento real médio (antiga e nova metodologias)



Nota: Para uma melhor visualização o valor inicial da série que segue a nova metodologia foi tomado como sendo igual a 115,1, que corresponde ao índice do mês equivalente segundo a antiga metodologia.

O Gráfico 9, construído a partir da antiga metodologia, mostra a diferença de comportamento desta variável fundamental na análise do mercado de trabalho nos períodos pós recessão do início da década dos 90 e pós crise cambial de 1998. No primeiro, observa-se uma recuperação importante, principalmente após o segundo ano (nesse caso, 1994). No segundo, em contraste, a queda é contínua. Esses movimentos são determinantes da trajetória da massa salarial (ver Gráficos 10 e 11).

Gráfico 9
Rendimento real médio (comparação das crises)

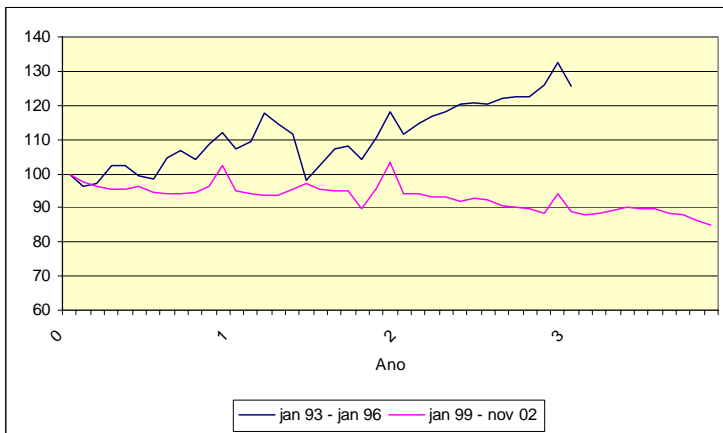
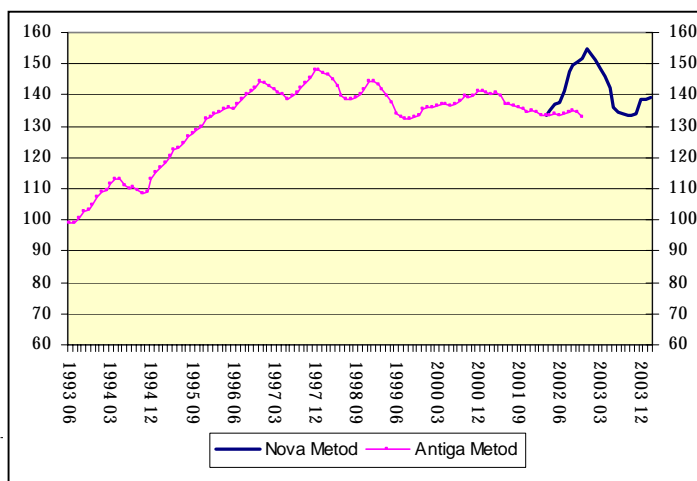
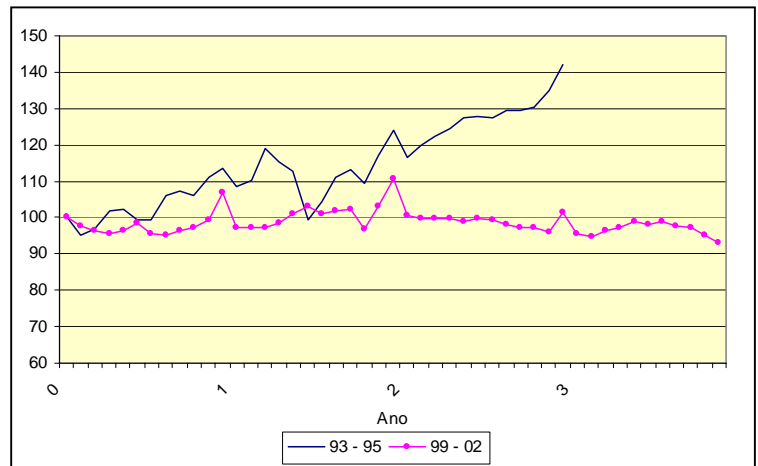


Gráfico 10
Massa salarial (antiga e nova metodologias)



corresponde ao índice do mês equivalente segundo a antiga metodologia

Gráfico 11
Massa de rendimentos reais (comparação das crises)



O Gráfico 12 permite que se observe que a evolução da massa de rendimentos reais após 2001 (nova metodologia) está fortemente condicionada pela do rendimento real médio, uma vez que a ocupação mantém-se relativamente estável, apresentando inclusive ligeiro aumento até fins de 2003. Há que se notar a forte retração tanto do rendimento real médio quanto da massa de rendimentos no primeiro semestre de 2003, associada aos efeitos da desvalorização cambial de 2002 sobre os preços. Vale lembrar que parte importante e crescente dos orçamentos das famílias está comprometida com gastos associados aos “preços monitorados” – que têm sua variação vinculada à evolução do câmbio.⁵

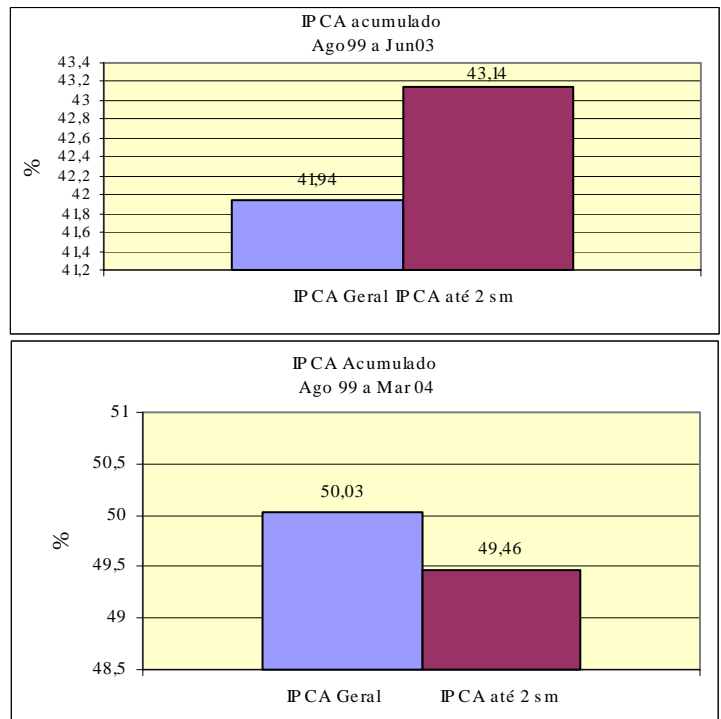
Verifica-se que, se a forte desvalorização do câmbio do primeiro semestre de 2003 teve efeito devastador sobre o rendimento médio real (atingindo mais fortemente os indivíduos de menor renda – em cujo orçamento pesam mais os bens e serviços com preços administrados, e que têm menor capacidade de se defender da inflação) e, por conseguinte, sobre a

⁵ A esse respeito, ver SEÇÃO V do boletim *Política Econômica em Foco*, n. 1, maio/ago. 2003.

massa salarial, a apreciação cambial ocorrida desde então não teve efeito simétrico. Ou seja, o rendimento médio real e a massa salarial continuam em sua trajetória descendente (ver Gráfico 12).

A questão dos impactos da evolução do câmbio sobre o rendimento real dos trabalhadores merece um exame mais detido. O boletim *Política Econômica em Foco*, n. 1, maio/ago. 2003, trazia um exercício de comparação entre o IPCA geral e o IPCA reponderado para a cesta de consumo das famílias com renda de até dois salários mínimos (utilizando a POF 1996). A conclusão foi que a desvalorização cambial tinha um efeito proporcionalmente maior sobre o IPCA reponderado. Isto porque a participação de bens e serviços que têm seus preços indexados ao câmbio (o chamado segmento “monitorado” dos preços) é maior para as classes de menor renda. A atualização do exercício (Gráfico 13) permite ver que, quando incluídos o segundo semestre de 2003 e primeiros meses de 2004 – em que vigora um movimento de apreciação do câmbio –, o IPCA reponderado não só converge para o IPCA geral, como este último passa a superá-lo. Nesse sentido, poder-se-ia sugerir que a apreciação do câmbio teve um papel redistributivo positivo.

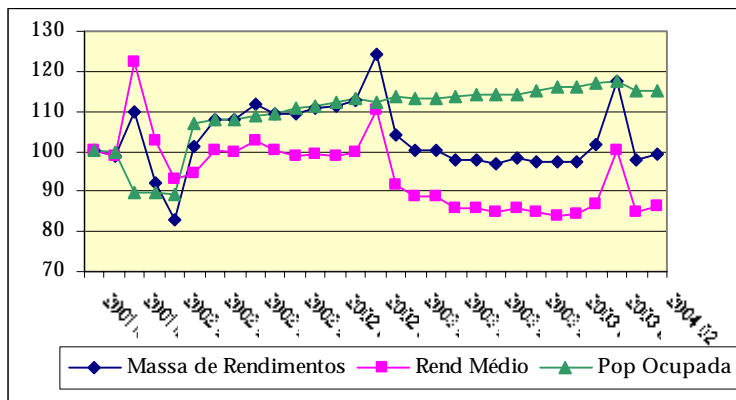
Gráfico 13
IPCA geral e IPCA reponderado



No entanto, essa conclusão parece muito apressada. Em primeiro lugar, a apreciação do câmbio tem um efeito perverso sobre as possibilidades de crescimento da economia. Já se observou que as exportações são a única fonte de gasto que tem apresentado algum dinamismo no período recente. Assim, a apreciação cambial pode deteriorar ainda mais a já alarmante situação de desemprego vigente em nosso país. Como é possível afirmar que uma medida que tenda a magnificar a já elevada taxa de desemprego tenha um “efeito redistributivo” positivo?

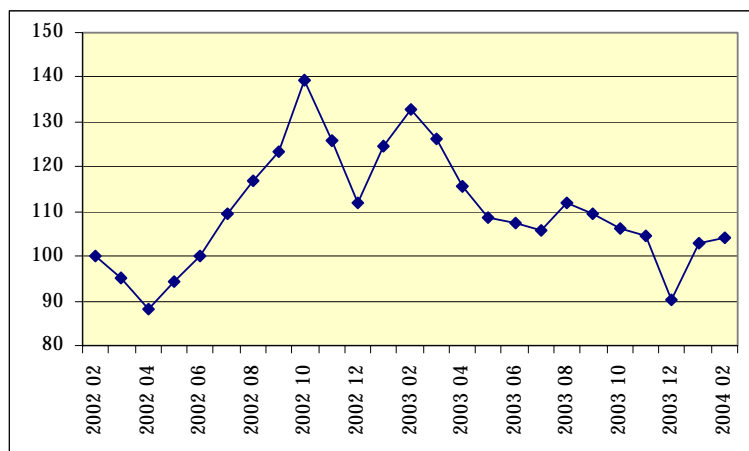
Em segundo lugar, apesar de a relação Câmbio/Rendimento nominal ter voltado para o patamar vigente em meados de 2002 (Gráfico 14), o rendimento real médio – como se viu acima – não se recuperou. Isso quer dizer que a depreciação tem um efeito devastador sobre o rendimento real

Gráfico 12
Massa de rendimento, ocupação e rendimento médio (nova metodologia)



(pelo elevado *pass-through* câmbio-preços), mas a apreciação está muito longe de ter um efeito simétrico.⁶

Gráfico 14
Relação Câmbio/Rendimento nominal



Nota: A taxa de câmbio é a comercial média (venda) – R\$/US\$ (fonte: BCB Boletim/BP) e o Rendimento nominal é o auferido pela PME – IBGE (nova metodologia)

Assim, pode-se dizer que, se a depreciação cambial teve custos, a apreciação posterior não somente não os compensou, como tem contribuído para a manutenção do grave problema do desemprego – que tem atingido sucessivos recordes.

3 A trajetória recente do consumo

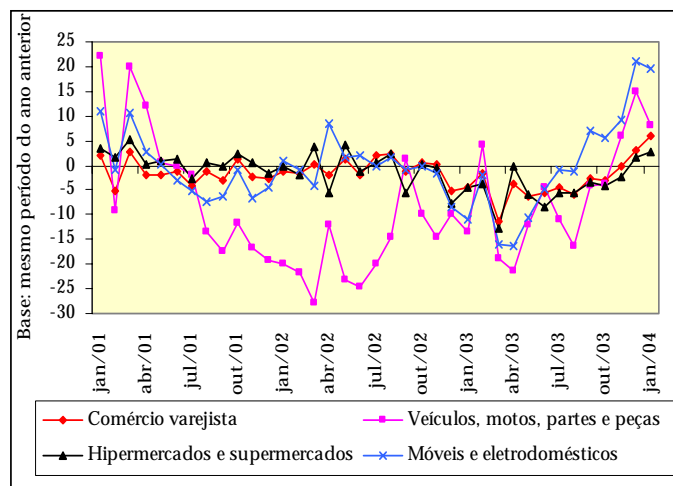
A partir de novembro de 2003, o comércio varejista tem apresentado resultados superiores ao do mesmo período do ano anterior, o que foi comemorado por vários analistas como sinal inequívoco do início do tão esperado “espetáculo do crescimento”.

No entanto, quando se examina a composição das vendas deste comércio (ver Gráfico 15) fica evidente que a trajetória recente

do consumo foi puxada pelo setor de bens duráveis, especificamente pelos segmentos de *móveis e eletrodomésticos* – favorecidos pelo pacote creditício lançado em meados do ano e pela redução da taxa de juros básica –⁷– e pelo segmento automotivo (*veículos, motos, parte e peças*), beneficiado pela queda do IPI e pelas promoções especiais das montadoras para desovar estoques. Em contrapartida, as vendas do segmento de *Hipermercados e Supermercados*, fortemente condicionadas pela massa de rendimentos corrente, crescem a taxas bem inferiores às dos demais segmentos, bem como à média do comércio varejista.

Assim, na realidade estamos diante do mais um surto de consumo de bens duráveis, ligado ao ligeiro afrouxamento da política monetária e a fatores pontuais. Somente uma recuperação da massa de rendimentos permitiria antever um

Gráfico 15
Evolução do comércio varejista (PMC-IBGE)⁽¹⁾



⁽¹⁾ O IBGE inicia as séries da PMC em janeiro de 2000. As séries com ajuste sazonal ainda não são possíveis pelo curto período da série. Por isso, optou-se por utilizar a comparação de cada mês com o mês correspondente do ano anterior. O eixo do zero corresponde à base 100.

⁶ De novembro de 2002 a junho de 2003, período em que os preços sofriam os impactos da depreciação cambial, a queda do rendimento real médio foi de 14,83%. De junho de 2003 a Janeiro de 2004 – período em que se verificavam os efeitos da apreciação – a variação positiva foi de pífios 0,28%.

⁷ Como ressaltado na SEÇÃO III do boletim *Política Econômica em Foco*, n. 2, set./dez. 2003, boa parte dos novos empréstimos foram destinados ao pagamento de dívidas antigas mais onerosas, o que reduziu o seu impacto sobre a demanda agregada.

crescimento sustentado do comércio, o qual poderia induzir uma recuperação da produção corrente nos segmentos de bens de consumo semi e não-duráveis.

4 Considerações finais

Na economia brasileira, o consumo das famílias é um elemento de fundamental importância na sustentação da demanda agregada, conforme se depreende da própria dimensão deste agregado no total do PIB. Cabe aqui uma reflexão sobre a sustentabilidade de um crescimento ancorado sobre a propalada recuperação do consumo dos bens de consumo duráveis – padrão que não destoa, é bom que se observe, daquele observado outrora na economia brasileira.⁸ O que se quer ressaltar é que os limites deste padrão se fazem hoje mais presentes do que nunca.

Por um lado, a massa de rendimento real reduziu-se significativamente nos últimos anos, erodindo tanto a capacidade de consumo a partir da renda corrente quanto de endividamento das famílias. O menor potencial de gasto desses agentes tem um efeito perverso sobre as expectativas dos empresários, desestimulando suas decisões de produção e investimento no setor de bens de consumo não duráveis e semi duráveis. Assim, os efeitos multiplicadores de um aumento de gasto autônomo no setor de bens de consumo

duráveis – ou de qualquer outro dispêndio autônomo – são muito menores quando se parte de uma massa de rendimentos tão deprimida. Some-se a isso a redistribuição funcional da renda, já mencionada no item 1, que tende a ter um efeito depressivo sobre a propensão ao consumo da sociedade.

Por outro lado, o maior conteúdo importado destes bens de consumo duráveis – resultado da reestruturação produtiva dos anos 90, induzida pelo binômio apreciação real do câmbio e abertura comercial – tem um duplo efeito. Em primeiro lugar, contribui para minorar os já citados multiplicadores sobre produção e emprego, pela redução dos encadeamentos intra-industriais. Em segundo lugar, este aumento pronunciado do coeficiente importado magnifica a nossa – sempre reposta – restrição externa (expressa no recorrente *trade-off* entre crescimento e superávit comercial), que se manifesta prematuramente. Nesse sentido, é possível especular que uma recuperação do consumo de bens de consumo não duráveis e semiduráveis (bens produzidos, de forma geral, com menor conteúdo importado) pudesse ser base de um crescimento mais sustentável. No entanto, sabe-se que o consumo desses bens é altamente sensível aos movimentos da massa de rendimentos – o que não autoriza, ao menos por enquanto, um prognóstico otimista.

⁸ Para uma análise dos padrões recentes de recuperação, ver o primeiro artigo dessa SEÇÃO.